

Aussenpolitik

volume 46, n.º 3, 1995

O estado actual das relações entre a Polónia e a UE, «Poland and the European Union», é abordado por Friedbert Pflueger, porta-voz para a política de desarmamento da CDU/CSU e membro do Bundestag.

O receio polaco de que um acordo entre o Ocidente e a Rússia deixe Varsóvia à margem de negociações, apesar destas envolverem o seu futuro, continua bem presente, embora para Pflueger a integração polaca até agora tenha sido um sucesso. Todavia não é isso que o preocupa, mas sim as dificuldades que se avizinham. A comunidade de interesses entre a Polónia e a Alemanha deverá ser salvaguardada, o mesmo querendo dizer que a PAC terá de ser revista aquando do alargamento da UE à Europa Central. A abertura dos mercados da UE nas suas áreas sensíveis como a agricultura, os têxteis, o aço, ou os produtos químicos, constituirá por certo uma fonte de conflitos entre a Polónia e a UE, mas nos quais a Alemanha terá por certo uma palavra a dizer.

Relacionado com este problema, Paul J. J. Welfens, professor na Universidade de Potsdam, analisa o potencial impacto político da adesão do Grupo de Visegrado à UE. De acordo com a sua análise em «The EU and Eastern Central European Countries: Problems and Options of Integration», a estabilidade política na Europa Central será afectada pela quebra esperada no volume de transacções desses países, em consequência da sua adesão. Será todavia a UE quem terá de resolver esses conflitos regionais, embora o seu maior número de Estados membros diminua a sua capacidade de liderança. Acontece que para os esforços da UE terem sucesso na estabilização da Europa Central, de acordo com Welfens, a economia de mercado terá de triunfar na Ucrânia e na Rússia. Uma e outra questões são indissociáveis.

Current History

volume 94, n.º 592, Maio de 1995

Neste número dedicado à segurança global, o professor da Universidade de George Washington, James N. Rosenau, analisa a complexidade do sistema multicêntrico actual, «Security in a Turbulent World», enquanto factor de instabilidade na política mundial.

O Estado enfrenta uma série de desafios que revelam a sua incapacidade e dificuldade em se adaptar, como sejam a proliferação de actores, a globalização das economias nacionais, o advento das temáticas relativas à interdependência, as tendências paralelas de fragmentação e de integração, ou as dificuldades existentes no Terceiro Mundo.

O ambiente enquanto tópico de segurança nacional, «Environmental Security as a National Security Issue», é abordado por Gareth Porter, autor que vem pôr em causa a lógica que exclui as questões ambientais das preocupações de segurança nacional do Estado. Os defensores da «segurança ambiental» como

Porter, colocam em causa a definição tradicional de segurança nacional, visto distorcer as percepções da realidade global, bem como as prioridades políticas.

European Journal of International Relations

volume 1, n.º 2, Junho de 1995

Neste segundo número desta nova publicação, John Peterson e Hugh Ward demonstram em «Coalitional Instability and the New Multidimensional Politics of Security: A Rational Choice Argument for US-EU Cooperation» que quando a segurança internacional é entendida como multidimensional, as coligações tornam--se mais instáveis. Partindo da constatação de que a política externa e as alianças na política internacional são o resultado de considerações neo-realistas, Peterson e Ward aceitam, todavia, que cada vez mais a segurança inclui nas suas preocupações argumentos institucionalistas, como sejam as dimensões ecológica e económica. Só que tal não vem tornar a cooperação internacional mais fácil. A percepção da segurança internacional enquanto multidimensional torna-a instável.

Andrew Moravcsik analisa os regimes internacionais, «Explaining International Human Rights Regimes», os quais considera capazes de influenciar a política interna dos Estados, apontando no seu estudo como exemplo os direitos humanos. Partindo de pressupostos liberais que desvalorizam o poder relativo dos Estados, Moravcsik realça a importância da convergência de preferências nacionais, que por sua vez reflectem as pressões dos grupos internos representados pelo Estado.

Jarrod Wiener, «Hegemonic Leadership: Naked Emperor or the Worship of False Gods?», aborda a análise efectuada por David Lake relativa à Teoria da Estabilidade Hegemónica. Contrariamente ao que Lake afirma, Wiener não considera a liderança hegemónica como tendo elevados custos, nem considera que sejam devidamente tidas em conta as capacidades, as percepções e motivações do estadista, nem os seus esforços para liderar grupos, tanto a nível doméstico como internacional.

European Journal of International Relations

volume 1, n.º 3, Setembro de 1995

Num artigo minucioso, Marc A. Levy, Oran R. Young e Michael Zürn, abordam a actual situação do estudo de regimes internacionais, «The Study of International Regimes». Os autores começam por definir e classificar no que consiste o conceito, analisam de seguida o processo de formação de regimes, a importância dos mesmos, a sua efectividade bem como as suas consequências, e por último, qual o caminho futuro a percorrer nesta área de investigação. Levy, Young e Zürn concluem ser o processo de declínio dos regimes internacionais a questão que mais urgentemente necessita de ser aprofundada.

Foreign Affairs

volume 74, n.º 3, Maio/Junho de 1995

O debate da paz interdemocrática teve neste número mais um contributo, desta vez de Edward D. Mansfield e Jack Snyder, em «Democratization and War». Aos argumentos defendidos por Russett e Doyle, estes autores acrescentam que a transição para a democracia – porque não se faz de um dia para o outro – gera pressões domésticas, que tomam a probabilidade da guerra maior.

Aceitando o argumento de que as democracias estáveis e maduras não se guerreiam entre si, Mansfield e Snyder salientam, todavia, que os Estados em transição de um regime autoritário para um regime democrático têm duas vezes mais probabilidades de entrarem em conflito do que aqueles que permanecem com regimes autoritários. Quando os EUA pretendem promover a paz promovendo a democracia, o que acontece é que podem estar a promover conflitos a curto prazo – caso da Rússia e a crise chechena – se as antigas elites não tiverem a percepção de que existe um espaço para si na nova ordem social. Michael Mandelbaum critica em «Preserving the New Peace» aqueles que favorecem a expansão da NATO, pois esta não é um veículo de promoção da democracia e do capitalismo mas sim uma aliança militar. E as alianças militares são muito simplesmente grupos de Estados contra outros Estados, pelo que naturalmente a Rússia não poderá aceitar essa posição. Até porque não existe um vácuo de poder na Europa Central, mas sim uma série de tratados de controlo de armamentos, que traduzem uma nova segurança europeia baseada no consenso e na cooperação, onde a Ucrânia é vital. Este Estado funciona como um tampão entre o Ocidente e a Rússia. A coexistência entre a Rússia e a Ucrânia é que determinará o sucesso (ou não) da NATO.

Por último, salientar o artigo «The Israel-PLO Accord Is Dead» de Amos Perlmutter que constata o fim do Tratado de Oslo. Israelitas e palestinianos perante a onda de atentados evidenciam que estão dispostos a enterrar o acordo, no caso dos primeiros votando nas próximas eleições em 1996 no Likud, no caso dos segundos transferindo a sua lealdade da OLP para o Hamas.

Foreign Affairs

volume 74, n.º 4, Julho/Agosto de 1995

Num curto artigo de Arthur Schlesinger, Jr., «Back to the Womb?», que poderá ser considerado uma crítica às actuais posições do Partido Republicano norte-americano, é analisado o momento actual do debate sobre a política externa dos EUA. O que se constata é que a política externa dos EUA evolui progressivamente para posições isolacionistas, parecendo abdicar da construção de mecanismos de segurança colectiva e

da criação de uma ordem internacional mais estável. A política externa norte-americana relativamente ao Sudeste Asiático é debatida também por Joseph S. Nye, Jr., Chalmers Johnson e E. B. Keehn. O Secretário Adjunto da Defesa para a Segurança Internacional, Joseph S. Nye, Jr., defende em «The Case for a Deep Engagement» a tese do claro compromisso norte-americano no Sudeste Asiático. Não só constitui um meio de assegurar a estabilidade, reduzir as corridas aos armamentos, e dissuadir a ascensão de forças hegemónicas, mas também reforça a liderança de Washington na região.

Essa estratégia de liderança enunciada por Joseph S. Nye, Jr. é posta em causa por Chalmers Johnson e E. B. Keehn em «The Pentagon's Ossified Strategy». Para estes dois autores, o Departamento da Defesa norte-americano continua a delinear a sua estratégia como se a Guerra Fria não tivesse terminado. Tal é conveniente para os Estados do Sudeste Asiático, uma vez que lhes assegura estabilidade e a possibilidade de prosperidade económica, sem grandes encargos financeiros. Mas quando esses Estados consolidarem a sua ascensão logo farão sentir aos EUA que já não são úteis.

Os EUA não devem perpetuar indefinidamente esta política para a região que aliás revela a inércia e a deriva em que o Departamento da Defesa se encontra. Segundo Chalmers Johnson, seria mais útil para os EUA que os fundos para aí canalizados fossem desviados para a América Latina, também abordada neste número. James F. Hodge, Jr. entrevista o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, Moisés Naím, Paul Krugman e David Rieff abordam assuntos vários relativos à América Latina. Para Krugman, a crise mexicana veio revelar que o final desta década poderá vir a constituir um ciclo de desilusões, resultante de uma quebra no crescimento económico, e que *terá* como consequência uma maior intervenção estatal. A percepção de que o comércio livre triunfou ao nível mundial é optimista.

Foreign Affairs

volume 74, n.º 5, Setembro/Outubro de 1995

Charles G. Boyd analisa a política externa norte-americana relativamente aos Balcãs em «Making Peace With the Guilty – The Truth About Bosnia». O autor começa por esclarecer que este conflito não teve na sua origem ódios seculares como certos autores advogam, mas sim o desejo por parte das três facções envolvidas de evitar o estatuto de minoria étnica na Jugoslávia ou num eventual Estado sucessor. Assim se compreende porque é que a conduta de qualquer uma das três partes envolvidas no conflito é motivada apenas por considerações de poder e de oportunidade, em detrimento de aspectos morais. Todavia, apesar de não haver distinção possível entre o comportamento de croatas, sérvios, ou muçulmanos, os EUA insistem em privilegiar os muçulmanos, o que,

segundo Boyd, tem prolongado o conflito, sem aproximar a sua resolução. De acordo com a tese de Boyd, enquanto os EUA insistirem na marginalização da Rússia, a paz não será possível, i.e., a busca de uma solução negociada tem como condição *sine qua non* o envolvimento diplomático russo. Charles G. Boyd recorde-se, de Novembro de 1992 a Julho de 1995, pertenceu ao comando europeu norte-americano.

Bruce Russett e Paul Kennedy, «Reforming the United Nations», apontam algumas soluções com o intuito de adaptar e viabilizar a ONU para o próximo século. Os Estados membros ou reduzem as suas exigências no que se refere às funções a exercer pelas Nações Unidas, ou tomam consciência da necessidade de dotar a Organização dos meios necessários à prossecução das suas crescentes tarefas. Russett e Kennedy consideram ser mais adequado adoptar a segunda opção, apesar das divergências políticas e ideológicas existentes *entre* os Estados membros.

Francis Fukuyama resume o argumento do seu mais recente livro – *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, New York: The Free Press, 1995 – num artigo intitulado «Social Capital and the Global Economy». Segundo o argumento desenvolvido pelo autor, a prosperidade económica está inter-relacionada com factores sócio-culturais. A confiança é determinante para o êxito na economia global, daí que Fukuyama faça a distinção entre as sociedades que possuem mais confiança e as que detêm menor «trust». Assim, EUA, Japão ou Alemanha, não são sociedades muito distintas visto todas elas possuírem um enorme potencial social, ao passo que China, Itália ou França se caracterizam precisamente por uma menor confiança. O êxito na economia global, ou por outras palavras, o crescimento económico, tendencialmente ocorrerá nas sociedades de confiança elevada em detrimento daquelas que têm uma confiança menor. Para além disso, o facto de existir um capital social menor, incentiva a intervenção do Estado e, em última análise, coloca em causa a competitividade desses países.

Foreign Policy

n.º 99, Verão de 1995

O Ministro dos Negócios Estrangeiros russo Andrei Kozyrev defende no seu artigo «Partnership or Cold Peace?» que a Rússia não deve ser marginalizada no pós-Guerra Fria, e que a NATO terá de se transformar numa nova organização na qual a Rússia estará presente. Só assim será possível assegurar a estabilidade e a segurança, enfrentar os novos desafios comuns, como sejam, os problemas étnicos, o terrorismo, o tráfico de droga, ou a proliferação de armas de destruição maciça. Apenas quando o Ocidente se consciencializar desta necessidade, fará sentido a Parceria para a Paz e um aprofundamento das relações entre a NATO e a Rússia.

Michael McFaul em «Russian Politics After Chechnya» analisa as consequências do conflito na Chéchnia, que veio revelar o estado do exército russo, ameaçar a reforma económica e a reforma do sistema federal, colocou em perigo as relações entre o Ocidente e a Rússia, e deu argumentos àqueles que advogam a expansão da NATO.

Ieltsine, que decidiu intervir militarmente na Chéchnia para salvar a sua presidência, acabou por pôr em movimento uma bola de neve que teve repercussões nos equilíbrios internos — em particular prejudicando as forças democráticas —, o que, em última análise, lhe é desfavorável. Jack A. Goldstone explica-nos em «The Coming Chinese Collapse» que perante a incapacidade política para solucionar a pressão demográfica e face às repercussões económicas, ocorrerá o colapso do regime comunista chinês nos próximos dez a quinze anos.

Yashen Huang, «Why China Will Not Collapse», contrariamente, defende ser possível a China efectuar as transições económica e política para a modernidade numa situação de paz e estabilidade. Jacques Parizeau, Primeiro-Ministro do Quebec, «The Case for a Sovereign Quebec» e Daniel Johnson, líder do Partido Liberal do Quebec, em «The Case for a United Canada» — presentemente na oposição — esgrimem argumentos pró e contra, respectivamente, a independência do Quebec e a sua manutenção no Estado canadiano.

Foreign Policy

n.º 100, Outono de 1995

Em «The New Pessimism», Charles William Maynes procura sistematizar a evolução da política externa dos EUA. Com o fim da Guerra Fria e o desmoronamento da URSS, o clima internacional de optimismo que se havia gerado tem vindo a dar lugar ao pessimismo e à resignação. A explicação para esta evolução na percepção da política externa norte-americana, tem a sua origem nas expectativas exageradas que se seguiram ao fim do conflito. Terminada a rivalidade ideológica, criou-se a expectativa de que se poderia assistir a um sistema internacional pacífico. Contudo, não foi isso que aconteceu. Em vez de um período de estabilidade internacional, temos vindo a assistir a uma vasta lista de conflitos étnicos até então adormecidos. Esta realidade levou ao crescente pessimismo no que se refere às perspectivas de um sistema internacional estável, apesar de hoje ser essa a situação. Ninguém poderá negar que actualmente o sistema internacional é mais estável, o que se explica, de acordo com a tese defendida por Maynes, devido ao facto de nenhuma das grandes potências procurar adquirir para si uma posição hegemónica. A não adopção de políticas com fins hegemónicos tem como consequência tornar actualmente reduzidas as possibilidades de um conflito global. Tudo isto não quer dizer que hoje não se coloquem desafios ao sistema internacional. Bem pelo contrário. De acordo com o autor, a

incorporação da China no sistema internacional será o maior desafio dos próximos vinte anos.

International Affairs

volume 71, n.º 1, Janeiro de 1995

Finda a Guerra Fria, torna-se necessário rever as instituições europeias de segurança, bem como o papel das diferentes potências ocidentais. Anand Menon analisa em «NATO the French Way», o papel da França no que respeita à segurança na Europa, numa altura em que o poder militar francês não é correspondido em termos de influência. Exemplo disto foi a exclusão da França na formulação da nova arquitectura de segurança europeia, pelo que o conceito de uma segurança europeia independente proposto pela França foi posto de parte. Apesar das transformações profundas que a política externa francesa tem vindo a sofrer, Menon não considera estar já garantida a capacidade de influenciar o debate relativo à evolução das instituições.

A política externa russa é tema abordado por Hannes Adomeit, «Russia as a 'Great Power' in World Affairs: Images and Reality», numa análise da percepção russa relativamente ao lugar que ocupa no sistema internacional.

À formulação dos objectivos políticos russos parece sofrer a influência de dois paradigmas, um a que designa de paradigma Ideológico e Imperial, outro que denomina de paradigma do Novo Pensamento. Destaque ainda para um artigo assinado por Ken Booth, «Global Ethics», onde aborda, entre outros assuntos, os Direitos Humanos e o papel da ciência.

International Affairs

volume 71, n.º 2, Abril de 1995

Que papel terá a NATO após um período de transição para a nova ordem mundial, volta a ser questionado por Stanley R. Sloan e John Borawski, num dossier intitulado «New Designs on NATO». O primeiro autor defende a necessidade da manutenção dos laços transatlânticos no pós-Guerra Fria, apesar da NATO não ser o meio pelo qual essa aliança se deva manter. Tal não quer significar que dela não se deva retirar lições, bem pelo contrário, visto que o sucesso dos novos laços transatlânticos passa pela correcta análise do que até agora foi a aliança entre o Canadá, os EUA e a Europa Ocidental. Os EUA, apesar de parecerem sofrer de «fadiga de liderança», enfrentam na Europa os seus maiores desafios. Ou as instituições multilaterais europeias de segurança têm êxito, ou muito provavelmente os objectivos delineados para a ONU fracassarão também. Para Stanley R. Sloan, o futuro papel da NATO revela-se assim mais vasto do que à primeira vista poderia parecer. Porém, abordar a NATO sem analisar a Rússia seria incompleto. Na sua perspectiva, a tentativa norte-americana de inserir a Rússia nas estruturas de segurança do pós-Guerra Fria através da Parceria

para a Paz, não é a longo prazo satisfatória, embora a curto prazo permita ganhar algum espaço de manobra.

Deste modo, a forma de satisfazer os desafios crescentes que a Europa Ocidental enfrenta não será através do quadro institucional que a NATO possibilita, mas por uma nova comunidade de cooperação transatlântica mais adequada para os desafios que se colocam.

International Affairs

volume 71, n.º 3, Julho de 1995

Este número aborda em exclusivo o ambiente, as alterações climáticas, a biodiversidade, os problemas populacionais, a ecologia, na sua relação com a ética e a ordem internacional. Destaquem-se os contributos de Michael Grubb, «Seeking Fair Weather: Ethics and the International Debate on Climate Change», de Duncan Brack, «Balancing Trade and the Environment», e de Cedric Grant, «Equity in International Relations: A Third World Perspective».

International Security

volume 19, n.º 4, Primavera de 1995

Josef Joffe analisa em «'Bismark' or 'Britain'? Toward an American Grand Strategy After Bipolarity» qual deverá ser o rumo da política externa norte-americana, mas que independentemente da rota deverá procurar manter o rumo, i.e., o *statu quo*. A nova grande estratégia para o pós-Guerra Fria deverá assentar não em equilíbrios de poder, mas sim em «bandwagoning» ou seja, os EUA deverão procurar levar atrás de si os Estados que poderão pôr em causa o *statu quo*.

Para isso, Washington deverá ter melhores relações com as diversas potências rivais do que elas têm entre si. Tal pressupõe por parte dos EUA uma acção em termos de política externa que lhes permita actuar como protectores regionais, como pacificadores regionais se necessário, e como centro das diversas ligações que as potências regionais têm entre si, o que aliás lhe confere aliados potenciais contra os delinquentes locais. Stephen Peter Rosen, «Military Effectiveness: Why Society Matters», Alastair Iain Johnston, «Thinking About Strategic Culture» e Elizabeth Kier, «Culture and Military Doctrine: France Between the Wars» escrevem três artigos relativos à relação entre as estruturas sociais e a cultura estratégica das unidades políticas. O que Peter Rosen se propõe fazer consiste em analisar o impacto das estruturas sociais sobre o poder militar das unidades políticas com diferentes culturas. Isto porque se for possível avaliar de que forma é que as estruturas sociais afectam o poder militar, poderá ser possível explicar como é que as diversas culturas dão lugar a variadas capacidades militares. Às estruturas sociais, na opinião do autor, podem afectar a confiança, a comunicação, e a compreensão mútua

dentro das unidades políticas, com naturais repercussões ao nível da sua capacidade militar.

Johnston explica como realidades estratégicas semelhantes podem ser interpretadas de modo diferente em função da cultura estratégica das unidades políticas. Elizabeth Kier analisa a opção por doutrinas militares ofensivas ou defensivas. Tal é explicável em grande medida por motivos culturais, i.e., as doutrinas militares nem sempre são cuidadosamente calculadas, pois sucede serem o produto de factores organizacionais e/ou da política doméstica. Para Kier, as opções civis na política militar por vezes reflectem receios relativos à distribuição de poder dentro do Estado, e, quando institucionalizadas, influenciam a tomada de decisão.

International Security

volume 20, n.º 1, Verão de 1995

O artigo publicado na *Foreign Affairs* de Maio/Junho de 1995 por Jack Snyder e Edward D. Mansfield intitulado «Democratization and War», surge agora na *International Security* numa versão mais extensa, intitulada «Democratization and the Danger of War». O argumento é o mesmo, as democracias no processo de transição tornam-se mais agressivas e predispostas ao conflito, podendo entrar em guerra com outras democracias. As probabilidades dos Estados que iniciaram um processo de transição democrática entrarem num conflito, na primeira década imediatamente após o início do processo, são o dobro daquelas que um Estado autoritário tem normalmente. Tal deve-se, por um lado, à natureza da competição política interna após a queda de um regime autoritário, onde as élites tradicionais subitamente têm de competir com as élites emergentes, o que representa uma ameaça aos seus interesses próprios, e, por outro lado, à debilidade das instituições emergentes. Mansfield e Snyder questionam desta forma a política externa norte-americana respeitante à Rússia delineada por Strobe Talbott, visto pretender apoiar a todo o custo as forças democráticas e Boris Ieltsine em particular. Apoiar a paz não é a mesma coisa que apoiar a democracia.

John J. Mearsheimer, que havia criticado as teorias institucionalistas (*International Security*, «The False Promise of International Institutions», volume 19, n.º 3, Inverno de 1994-1995), recebe neste número o *feedback* ao seu artigo. Em «The Promise of Institutional Theory», Robert O. Keohane e Lisa L. Martin apoiam a tese de que as instituições internacionais por vezes têm impacto e que a separação entre questões económicas e de segurança não faz sentido.

As instituições internacionais, para Keohane e Martin, são um meio de fornecer informação, de reduzir os custos nas trocas, de tornar os compromissos mais credíveis, de estabelecer centros de coordenação, e, de uma maneira geral, facilitar as relações de reciprocidade. Precisamente porque as instituições internacionais têm essa capacidade, acabam por influenciar e por vezes alterar o próprio comportamento dos Estados.

No que respeita a Charles A. Kupchan e Clifford Á. Kupchan, «The Promise of Collective Security», defendem as vantagens da segurança colectiva. Por um lado, a segurança colectiva gera um equilíbrio mais efectivo, por outro, promove a cooperação e a confiança entre as partes.

Journal of Peace Research

volume 32, n.º 2, 1995

O professor do departamento de Ciência Política da Universidade do Arizona, David N. Gibbs, num artigo intitulado «Secrecy and International Relations», procura explicar as causas da utilização pelos governos do secretismo, na condução da sua política externa e nas relações internacionais em geral. Essencialmente, Gibbs apresenta três explicações para essa prática, uma ameaça externa, uma prática burocrática, uma ameaça interna.

De seguida, utilizando a crise do Congo de 1960-1961 como elemento de reflexão, Gibbs testa as três explicações formuladas, chegando à conclusão de que o perigo da ameaça interna é a que melhor explica essa prática. O secretismo nas relações internacionais traduz, no fundamental, o esforço por parte dos governos de esconder informação à sua opinião pública e de salvaguarda do seu próprio interesse.

Journal of Peace Research

volume 32, n.º 3, Agosto de 1995

Neste número, surge mais um contributo para o debate relativo à paz interdemocrática, «Explaining Zones of Peace: Democracies as Satisfied Powers?», da autoria de Arie M. Kacowicz, professor no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalém. Segundo a tese defendida por Kacowicz, a perspectiva liberal não é suficiente para explicar o fenómeno da paz interdemocrática, sendo necessário introduzir factores oriundos da perspectiva realista, como sejam considerações que tenham em conta o poder dos actores e a estrutura do sistema. Os Estados podem ou não estar satisfeitos com o *statu quo* territorial por várias razões, relacionadas quer com as estruturas políticas domésticas, quer com a sua posição relativa de poder na hierarquia das relações internacionais, tanto a nível sistémico como a nível regional.

Á abordagem que Kacowicz escolheu tem como implicação o facto de estabelecer uma relação causal entre a democracia e a satisfação territorial, i.e., as democracias não se guerreiam porque são Estados conservadores, geralmente satisfeitos com o *statu quo*. O factor determinante não é apenas o regime democrático mas também a satisfação territorial. Desta forma, Estados não democráticos, desde que satisfeitos com o *statu quo*, também podem fazer parte das zonas de paz criadas e mantidas entre democracias.

Em «Why Do Neighbors Fight? Proximity, Interaction, Or Territoriality», John A. Vasquez, professor de Ciência Política na Universidade de Vanderbilt, procura explicar as causas da guerra. A esmagadora maioria das guerras ocorre entre Estados que são vizinhos, daí que Vasquez considere possível falar da probabilidade e propensidade de Estados vizinhos se guerrearem. Tal é devido, essencialmente, à proximidade, à elevada interacção e à contiguidade territorial.

Política Exterior

volume IX, n.º 45, Junho/Julho de 1995

O discurso proferido em Madrid pelo Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, «La Asociación Transatlántica», aquando da sua mais recente visita a Espanha, vem publicado neste número desta publicação. Após ter assinado o Acordo das Lajes em Lisboa, Christopher seguiu para Madrid, onde apelou a um «diálogo transatlântico», assente numa visão comum para o século XXI. Essa visão comum passaria pela ampliação e adaptação da NATO, pelo reforço da OSCE, pelo apoio do processo de integração europeia e ampliação da UE, e pela atracção da Rússia para as estruturas europeias de segurança. Ignacio Cosidó, em «La Amenaza del Sun', analisa a ameaça que o Sul representa para a Espanha, assim como os equívocos da política externa espanhola. Na opinião do autor, existe de facto uma ameaça militar, mas não é possível comprara estabilidade do Sul, nem a UE pagaria a factura. Isto porque os problemas de segurança não se devem a uma situação de incompreensão mútua, e, como tal, não serão suficientes medidas que pretendam incentivar o diálogo e a confiança.

Política Exterior

volume IX, n.º 46, Agosto/Setembro de 1995

O representante alemão junto do Grupo de Reflexão (GR), Werner Hoyer, apresenta no artigo «Perspectivas para la Conferencia Intergubernamental de 1996», o seu ponto de vista relativamente ao futuro desempenho desse grupo de trabalho. Na sua opinião, o GR não poderá ser uma conferência prévia à CIG/96, mas terá obrigatoriamente de analisar vários assuntos como, por exemplo, o princípio da subsidiariedade, o problema da transparência, a questão da representatividade, a eficiência e a solidariedade no seio da União Europeia. Só assim será possível consolidar o processo de integração e mais tarde proceder ao alargamento. Alargamento que, segundo Hoyer, vem pôr na ordem do dia uma vez mais a necessidade de rever a PAC. Jochen Thies, chefe de redacção do *Die Welt*, em «Alemania, la Titubeante Potencia Europea», aborda a ascensão político-militar alemã, na qual a possível participação do Bundeswehr na Força de Reacção Rápida constitui mais um passo decisivo. Desde a sua reunificação que a Alemanha vem preparando a altura em que assumirá as suas responsabilidades mundiais, nomeadamente participando na

identidade política de segurança europeia. A posição alemã no mundo exige, todavia, para Thies, o apoio à adesão da Europa Central à UE (em especial a Polónia), bem como a demonstração clara de solidariedade para com os Estados bálticos. Caso contrário será a Rússia quem preencherá esse vácuo de poder.

The National Interest

n.º 39, Primavera de 1995

O artigo assinado por Charles H. Fairbanks, Jr. relativo à Rússia, «A Tired Anarchy», constitui um contributo interessante para a compreensão do pesadelo checheno. A intervenção militar russa na Chéchenia constitui, segundo o autor, uma tentativa de agregação de uma entidade desde 1985 em desagregação, mas também a demonstração de que decorre um debate democrático sobre a política externa russa, e que não será correcto fazer a sua caracterização como sendo uma política externa imperialista. Este conflito não é mais do que um fenómeno localizado no espaço e no tempo, mais concretamente na desordem pós-soviética e para a qual a postura crítica do Ocidente, em geral, não tem sido útil à sua resolução.

William E. Odom, ex-director na Agência Nacional de Segurança entre 1985 e 1988, em «NATO's Expansion», toma posição a favor da expansão imediata da NATO, na medida em que essa será a melhor forma de encorajar progressos democráticos na Rússia. Procurar por todos os meios não hostilizar Moscovo não é a postura mais adequada, não só porque permite à oposição russa tentar bloquear a adesão do grupo de Visegrado, mas também porque Ieltsine não retira dividendos dessa posição ocidental. Temos de, rapidamente, definir porquê expandir, quem se tomará membro, e quando. O argumento avançado por Odom para a expansão da NATO — sob intensa liderança norte-americana — seria um critério político, i.e., a adesão à NATO permitiria vigiar a transição dos Estados membros rumo à democracia liberal e à economia de mercado, assim como reorientar as suas políticas externas e fornecer garantias de segurança, apesar de hoje não existirem ameaças. Este processo abrangeria, a curto prazo, a Polónia, a República Checa, a Hungria, e, eventualmente, a Eslováquia. A Roménia e a Bulgária, assim como a Ucrânia e a Bielorrússia, não devem para já ser considerados como potenciais candidatos, o mesmo se passando com os Estados bálticos. No que respeita à Suécia e à Áustria, Odom não vê grande urgência nas suas adesões, embora sejam prováveis a médio prazo. Esta é, no fundo, uma posição que permite uma via alternativa aos Estados europeus que não desejem o alargamento da União Europeia, e que mantém uma presença importante dos EUA na Europa.

The National Interest

n.º 40, Verão de 1995

O artigo de Mark P. Lagon, «The Illusions of Collective Security», aborda, como o título indica, o conceito de segurança colectiva, o qual desmonta em três variantes. Na sua interpretação tradicional, o autor define segurança colectiva como uma comunidade de Estados que actua colectivamente contra um Estado membro agressor. Uma segunda leitura do conceito define «defesa colectiva não específica» («unspecified collective defense») como sendo caracterizada pelo facto de um grupo de Estados membros se preocupar com ameaças vindas do exterior da Comunidade. Por outras palavras, um grupo de Estados membros pretende fazer frente a ameaças oriundas de agressores não determinados.

Por fim, «defesa colectiva específica», situação que traduz uma aliança cuja constituição foi o resultado de se pretender fazer frente a ameaças concretas, sendo a NATO, desde a sua constituição até ao fim da Guerra Fria, o exemplo de maior sucesso.

Precisamente, a viabilidade do futuro da NATO passa pela sua transformação de uma comunidade de Estados preocupados com uma ameaça específica, para uma comunidade de Estados atentos a ameaças difusas e não especificadas. À NATO deverá adoptar como princípio a segunda abordagem sob risco de não estar adequada às novas realidades internacionais.

The Washington Quarterly

volume 18, n.º 3, Verão de 1995

No artigo «U. S. Security Policies in East Ásia: Fighting Erosion and Finding New Balance», James Kelly procura evidenciar as repercussões regionais na Ásia/Pacífico da perda de hegemonia norte-americana. Segundo Kelly, os EUA não estão preparados para enfrentar os novos desafios que se lhe colocam, parecendo apenas reagir quando se trata de crises graves. Exemplo disso é a adopção, por parte de Washington, de uma postura que não privilegia o multilateralismo, nem estabelece as interdependências entre a economia, a política e a segurança. Os norte-americanos têm de prestar mais atenção à China, à execução das suas acções de âmbito multilateral, às tensões no sul do Mar da China, à península coreana, aos recursos energéticos e à influência do Japão. Os EUA têm obrigatoriamente de o fazer enquanto potência do Pacífico, detentores de uma presença visível e activa, que pretende fomentar o regionalismo e o diálogo interasiático. Só assim conseguirão manter a posição privilegiada que actualmente possuem.

À integração regional para a qual a APEC veio contribuir, é abordada por Gary Hufbauer e Jeffrey J. Schott. Como demonstram em «Toward Free Trade and Investment in the Asia-Pacific», o êxito desse esforço integrador depende em grande parte apenas de três dos elementos da APEC – China, EUA e Japão – mas as implicações da dinâmica criada pela organização estendem-se à

OMC. A APEC não constitui uma ameaça à existência da OMC mas sim um complemento. Por um lado porque pode aprofundar a liberalização mundial, por outro, na medida em que no seu seio podem ser testadas soluções a aplicar depois a nível global.

Alexander Nacht, no artigo intitulado «U.S. Foreign Policy Strategies», aborda a encruzilhada que a política externa norte-americana actualmente enfrenta, mas que se resume à opção entre o unilateralismo e o multilateralismo, ou, por outras palavras, entre um envolvimento acentuado e um envolvimento reduzido. Todavia, para o autor, independentemente da opção escolhida, inevitavelmente a política externa dos EUA terá de assentar na cooperação e na primazia em termos de poderio económico, isto se Washington pretender manter a liderança mundial e o contínuo desenvolvimento da sua economia. Assim se compreende, aliás, porque é que a opção pelo neo-isolacionismo parece definitivamente afastada.